



A CIDADE DOS OLHOS VERDES: PRECARIIDADE URBANA (Um estudo das implicações sócio-espaciais da Lei que altera as áreas verdes para construir habitação popular em João Pessoa- PB¹

Márcia Maria Costa Gomes

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB)

Resumo

A dissertação de Mestrado intitulada “A cidade de olhos verdes: Precariedade urbana” tem como objetivo analisar as implicações sócio-espaciais da Lei Municipal nº 9.962/03 que altera o uso de áreas verdes de loteamentos para fins de construção de unidades habitacionais populares na cidade de João Pessoa -PB.

Nisto resultou uma preocupação em apreender e entender a realidade do objeto de estudo da pesquisa, atentando para a complexidade dos processos sociais em sua totalidade. A temática norteadora da pesquisa relacionou-se com as implicações sociais e espaciais da alteração do uso, por força de lei, em áreas verdes de loteamentos para a construção de casas populares em bairros localizados na periferia da cidade de João Pessoa.

Assim, analisar as implicações sócio-espaciais da Lei nº 9.962/03 que altera o uso de bens de comum uso do povo, notadamente de áreas verdes de loteamentos e equipamentos comunitários para a construção de habitações populares na cidade de João Pessoa, é considerar a relação entre espaço e sociedade. Isto é, como se dá o processo de organização espacial através das práticas sociais numa sociedade heterogênea e complexa.

Neste sentido, a reflexão da problemática levantada no espaço urbano de João Pessoa têm como conceito central de análise, o espaço urbano enquanto abordagem geográfica. No entendimento de Santos (1985, p.49), o espaço “constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Para este autor, a sociedade somente pode ser definida através do espaço, uma vez que ele é fruto da produção do trabalho realizado pelos homens num determinado tempo.

Desse modo, a problemática levantada no espaço urbano de João Pessoa constitui uma realidade objetiva e que se relaciona com a questão das áreas verdes de loteamentos na periferia da cidade concomitante a questão da habitação popular.

Portanto, discutiu-se nesta pesquisa não somente sobre as condições precárias da “classe-que-vive-do-trabalho”², especificamente os de baixa renda, os que não tem renda e os miseráveis que não tem como obter a mercadoria/habitação, mas expõe em que condições os trabalhadores urbanos ocupam espaços públicos na cidade.

A análise construída foi alicerçada pelo entendimento que a acumulação de riqueza nas cidades capitalistas no mundo contemporâneo têm-se ampliado na medida que se intensifica a precarização do trabalho³, resultando em péssimas condições de moradia e em sua extensão, nos serviços de transporte, de saúde, de educação, de lazer, de áreas verdes.

Neste sentido, foi essencial distinguir a natureza política das ocupações fomentadas pelos movimentos sociais, notadamente os da moradia, haja vista, de modo geral, que as ocupações se efetuam em bens públicos da cidade, ora em prédios públicos, ora em áreas verdes de loteamentos, com objetivos de pressionar os governos municipais e/ou estadual na obtenção de moradia.

Diferentemente da natureza política da alteração do uso de áreas verdes de loteamentos provocada pelo Poder Público Municipal e, conseqüentemente, por força de lei, é desafetar os bens de uso comum do povo para construir habitação popular.

Para alcançar o objetivo traçado, buscou-se analisar os argumentos dos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa, cuja aprovação da Lei mencionada foi quase que unânime. Ainda assim, averiguou-se o posicionamento dos moradores do entorno das áreas verdes de loteamentos do bairro José Américo e do Planalto da Boa Esperança, sobretudo da alteração de uso para a construção de unidades habitacionais populares.

Verificou-se que as razões, de modo geral, diluídas nos argumentos do Poder Público, foram focalizadas em nome do déficit habitacional na cidade de João Pessoa e da urgência da população pobre que mora em áreas de risco. Esse entendimento reforçou uma suposição inicialmente levantada. A criação da Lei nº 9.962/03 que altera o uso das áreas verdes de loteamentos para construir habitação popular esbarra numa implicação social essencial: a violação do usufruto dos bens de uso comum do povo na cidade, em detrimento de unidades habitacionais populares, argüida por um discurso filantrópico da burguesia.

Palavras-chave: áreas verdes de loteamento, habitação popular, precarização do trabalho.

Notas

¹ Dissertação de Mestrado defendida em 29 de Setembro de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

² Expressão utilizada por Ricardo Antunes em "Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

³ Para um aprofundamento sobre a questão no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, cf. Antunes, Ricardo. As metamorfoses no Mundo do trabalho. In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANTOS, Milton . Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).

Contato da autora: mmarciagomes@ibest.com.br

Recebido em: 22/05/2007

Aprovado em: 09/06/2007